Política

Protesto
País registra novos atos pelo impeachment de Bolsonaro. Pág. A7

COLUNA DO ESTADÃO

ALBERTO BOMBIG
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

Renda e saúde: a 'vida real' nas redes sociais

Enquanto "influenciadores" bolsonaristas e parte da direita gastam o dedo nas redes sociais promovendo o voto impresso, a opinião pública sem militância partidária parece estar atenta a uma agenda "vida real", muito além das polêmicas geradas por Jair Bolsonaro. O tema saúde foi o segundo mais comentado na semana passada, ancorado na referência positiva às vacinas: 84% de apoio. Renda/salário foi o terceiro assunto mais debatido. Das manifestações sobre o tema, 94,47% são do público em geral não militante. Os dados são da agência .MAP.

» **Nichado.** A polêmica do voto impresso dominou o debate, mas, quando somados os comentários favoráveis sobre uma votação auditável e impressa, 64,98% são de influenciadores digitais de direita, 19,87% de políticos e partidos de direita e apenas 4,87% do público geral de direita.

» **Mais.** A preocupação dos brasileiros com assuntos da economia, captada pelo levantamento, indica que "o governo terá de se debruçar para muito além da simples criação do novo Ministério do Trabalho", avalia Heron do Carmo, economista e consultor da .MAP.

» **Dados.** A .MAP, agência de análise de dados e mídia, avaliou um universo de 1,4 milhão de posts no Twitter e Facebook, diariamente.

» **Dados 2.** O recorte desse levantamento foi a semana passada, até a quinta-feira, 22, epicentro da polêmica do voto impresso, após reportagem do Estadão ter revelado pressão de Braga Netto sobre o Congresso.

» **Para...** Do ex-ministro do STF Joaquim Barbosa, em 2012: "Os deputados federais do PP praticaram atos de ofício sob a influência do pagamento. E coube ao deputado Pedro Henry orientar a bancada a votar de acordo com os interesses dos corruptores".

» **...lembrar.** Barbosa foi o relator do mensalão no Supremo. Segundo ele, o PP (atualmente autodenominado Progressistas) "vendeu" apoio político no Congresso ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O escândalo também está na gênese do Centrão.

» **Versão...** Após o PP ter ganhado a Casa Civil de Bolsonaro com a escolha de Ciro Nogueira (PI) para o cargo de ministro, a Coluna perguntou a estudiosos: o orçamento secreto do presidente não seria também compra de apoio político nos moldes do mensalão?

» **...2.0.** Em linhas gerais, os consultados entendem que são situações diferentes, porém com a mesma finalidade: amealhar apoio.

INSTAGRAM/JOÃO ROMA

» **CLICK.** O ministro da Cidadania, João Roma, está no Japão acompanhando o País nos Jogos Olímpicos de Tóquio. Ele representou o Brasil na cerimônia de abertura.

» **Igual..** "A aproximação das duas situações, mensalão e orçamento secreto, está na consequência: a captura de apoios políticos e a formação de uma base aliada", diz Cláudio Couto, cientista político da FGV.

» **...mas diferente.** "Não há crime no orçamento secreto, há uma inconstitucionalidade de uma lei que merece ser examinada pelo Supremo Tribunal Federal", diz Heleno Taveira Torres, professor titular da USP.

COM MARIANNA HOLANDA. COLABOROU JESSICA BRASIL.

KLEBER SALES/ESTADÃO

» **SINAIS PARTICULARES.** Jair Bolsonaro, presidente da República

PRONTO, FALE!

Marcelo Ramos
Vice-presidente da Câmara dos Deputados (PL)

"Na primeira semana de agosto vamos tirar da frente essa questão de voto impresso e cuidar do que é importante pro país: vacina, emprego e comida!"

Contas. São cada vez maiores as parcelas do Fundo Partidário destinadas a fundações que são controladas pelas próprias legendas; desde 2019, repasses chegam a R$ 414 milhões

Partidos ampliam fatia de gastos sem transparência

Bruno Ribeiro

Ao mesmo tempo em que passaram a receber montantes bilionários de recursos públicos para financiar suas operações e campanhas, os partidos políticos estão destinando parcelas cada vez maiores da verba do Fundo Partidário para as fundações mantidas pelas próprias legendas. Os gastos dessas fundações não são divulgados pelo Sistema de Prestação de Contas Anual do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Deste modo, enquanto as receitas dos partidos estão em alta, a destinação das despesas está cada vez menos transparente.

As fundações são instituições obrigatórias – por lei, todas as legendas precisam ter uma e destinar a elas ao menos 20% de recursos do Fundo Partidário. A ideia da legislação é manter, dentro das siglas, órgãos de caráter educativo que capacitem seus integrantes para propor políticas públicas consistentes. Um histórico de suspeitas, no entanto, ronda essas instituições. Nos últimos anos, gastos sem relação com funções educativas foram alvo de investigações.

Em 2019, em média, 22% das despesas dos partidos foram para as fundações. No ano passado, foram 28%. Neste ano, em dados parciais, esse porcentual médio chega a 39%, segundo informações do TSE. Esses números consideram a soma das despesas de todas as siglas. Há partidos que chegam a mandar para as fundações mais da metade de suas despesas – como PSC, PP (partido do presidente da Câmara, Arthur Lira) e PSL.

Desde 2019, as fundações receberam cerca de R$ 414 milhões dos partidos – um dinheiro que financiaria por dois anos, por exemplo, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, que abriga o Departamento de Ciências Políticas da universidade.

O Fundo Partidário e o Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (o chamado fundo eleitoral) são as duas principais fontes de financiamento das legendas nacionais. O financiamento público passou a ganhar espaço como receita a partir de 2015, quando a minirreforma política foi aprovada – na esteira da Lava Jato – e baniu o financiamento empresarial de campanhas.

Desde então, políticos têm feito pressão para incrementar esses fundos. Recentemente, o Congresso ampliou para R$ 5,7 bilhões a previsão do fundo eleitoral para o ano que vem (em 2020, o valor havia sido de R$ 2 bilhões e, em 2018, de R$ 1,7 bilhão).

A responsabilidade pela fiscalização das contas das fundações passou por um vai e vem entre Ministério Público e Justiça Eleitoral, que se alternavam na função entre 2018 e 2020, graças a dois entendimentos diferentes sobre o tema no TSE. Atualmente, essas despesas são analisadas de forma manual pelo tribunal, que não tem um sistema para publicar como esse dinheiro é gasto. "O TSE está se estruturando para a análise das contas das fundações", disse o órgão, em nota, ao informar que elaborou proposta para desenvolvimento de um novo sistema de prestação de contas que vai contemplar "elaboração, exame e divulgação da prestação de contas das fundações". Não foi informado o prazo para a efetivação do novo sistema.

Blogueiros e dívidas. Dentre as suspeitas já levantadas sobre usos fora da legislação para as verbas das fundações há a transferência de recursos da Fundação Índigo, do PSL, para blogueiros ligados ao chamado "gabinete do ódio" do governo Jair Bolsonaro. Em 2017, o MP vetou uma tentativa do MDB de usar R$ 5 milhões em recursos da fundação do partido, a Ulysses Guimarães, para bancar dívidas de campanha.

Além disso, sem a divulgação dos dados, fica impossível que entidades externas e a sociedade civil verifiquem se as fundações gastam os recursos públicos com empresas pertencentes aos próprios dirigentes partidários ou a doadores de campanha. Essa prática foi apontada pelo Movimento Transparência Partidária há três anos, quando a entidade, em parceria com o TSE, cruzou despesas do Fundo Partidário com os CPFs dos filiados nos partidos. As transferências dessa natureza superaram R$ 10 milhões.

"Tem ainda a questão do uso eficiente dos recursos públicos. É adequado que seja pago um aluguel de uma mansão no Lago Sul (*de Brasília*) para ser a sede de um partido? É legítimo questionar isso", disse Marcelo Issa, do Movimento Transparência Partidária. "Falta muita transparência nas fundações. Você consegue visualizar no sistema o porcentual transferido para a fundação. Dali para a frente, como a fundação utilizou, você não consegue. A fundação não precisa alimentar o sistema."

Uma das ideias que circulam nas discussões sobre a nova reforma política no Congresso é a de repassar mais uma vez ao MP a responsabilidade sobre a fiscalização das contas dos partidos.

"Infelizmente, os partidos não querem transparência e contam com a colaboração, a meu ver, do TSE. Em plena era digital, se vê o tribunal julgando contas de cinco, seis anos atrás", afirmou o secretário-geral da organização Contas Abertas, Gil Castelo Branco. "As fundações são veículos para a falta de transparência. Acabam convergindo recursos cada vez maiores e as prestações de contas são opacas e defasadas."

Sem um sistema de divulgação das contas partidárias, o **Estadão** questionou as fundações como gastaram sua cota dos recursos públicos do Fundo Partidário. As entidades afirmaram que enviam a prestação de contas ao TSE e ao Ministério Público e que os gastos são com cursos de formação (presencial e, desde o ano passado, online), realização de simpósios e eventos e com a edição de publicações de natureza partidária.

Duas das mais conhecidas fundações, a Perseu Abramo (do PT) e o Instituto Teotônio Vilela (do PSDB) enviaram uma relação de atividades realizadas nos últimos dois anos com os recursos do fundo, em áreas que vão do desenvolvimento sustentável a propostas de enfrentamento da pandemia.

O Instituto Liberdade e Cidadania (Instituto Tancredo Neves), do DEM, disse que o instituto devolve ao partido os recursos não usados do Fundo Partidário. No ano passado, dos R$ 8,8 milhões recebidos, R$ 5,4 milhões retornaram à sigla, segundo nota enviada à reportagem.

O Instituto Índigo, do PSL, declarou que envia a prestação de contas ao MP do Distrito Federal e ao TSE, e que seria possível acompanhar tais gastos. A Fundação Ulysses Guimarães, do MDB, afirmou que todas as suas contas até 2019 foram aprovadas e que, no ano passado, realizou simpósios e cursos de educação a distância. A Fundação Milton Campos, do Progressistas, disse que não aumentou a proporção de gastos do fundo, diferentemente do que mostra o sistema do TSE. Afirmou que investiu os recursos em cursos online e material de divulgação digital.

A reportagem não conseguiu contato com nenhum representante da Fundação da Liberdade Econômica, do PSC, que, proporcionalmente, recebeu a maior parcela da cota do Fundo Partidário.

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO - 21/7/2021

Brasília. Edifício onde fica sala do Instituto Índigo, do PSL; R$ 23,9 mi à fundação em 2020

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM FUNDAÇÕES

● **Proporção de despesas com entidades partidárias está em ascensão**

EM MILHÕES DE REAIS

ANO	PROPORÇÃO DOS GASTOS	TRANSFERÊNCIA PARA FUNDAÇÕES	DESPESAS TOTAIS*
2019	22%	177,7	781,2
2020	28%	188,8	662,5
2021**	39%	47,2	120,4

*NÃO INCLUI VERBAS DO FUNDO ELEITORAL. **DADOS PARCIAIS ATÉ MAIO
FONTE: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Verba do instituto do PSL cresce 1.228% em 4 anos

Em 2017, quando ainda era um partido nanico, o PSL havia destinado à então Fundação Abraham Lincoln um total de R$ 1,8 milhão, 22% de sua cota do Fundo Partidário. No ano passado, após virar a segunda maior bancada do Congresso, com a eleição do presidente Jair Bolsonaro, os repasses do partido à fundação, agora Índigo (Instituto Inovação e Governança), saltaram para R$ 23,9 milhões – um aumento de 1.228% em quatro anos.

O Índigo ocupa uma sala no quinto andar de um prédio comercial próximo da Esplanada dos Ministérios, em Brasília. É o mesmo edifício que abriga a sede do PSL. Não há placas na porta da fundação e seu site tem inscrições abertas para três cursos a distância voltados às eleições de 2020: "Liberdade Econômica", "Curso Básico para Prefeitos" e "Formação Intensiva de Vereadores". Na área de publicações, o site mantém uma descrição da página com a frase "Lorem ipsum", um texto usado por diagramadores que não quer dizer nada, escrito para depois ser preenchido com frases reais.

Ao ser questionada sobre quais atividades realizou de 2019 para cá, o Índigo enviou uma nota com a seguinte informação, sem mais detalhes: "Especificamente em relação a esta Fundação Índigo, nos anos de 2019 e 2020 foram realizados investimentos na sua área-fim com o desenvolvimento de projetos, especialmente aqueles voltados à área de transferência de conhecimentos". /

B.R. e DIDA SAMPAIO

pressreader
PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER
PressReader.com +1 604 278 4604
COPYRIGHT AND RIGHTS FOR ITEMS PUBLISHED LATER